

PRINCIPAIS ASPECTOS DO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA E SEU CICLO DE VIDA

LUANA DE OLIVEIRA ALVES

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO (UFPE)

CARLA REGINA PASA GÓMEZ

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO (UFPE)

PAULO THIAGO N. B. DE MELO

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO (UFRPE)

Agradecimento à órgão de fomento:

Agradecemos o apoio do CNPq para realização deste estudo.

PRINCIPAIS ASPECTOS DO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA E SEU CICLO DE VIDA

1 INTRODUÇÃO

O turismo de base comunitária (TBC) enfatiza a participação e o empoderamento das comunidades locais nas atividades turísticas. Baseia-se na ideia de que as comunidades podem e devem ser atores ativos no desenvolvimento e na gestão do turismo em suas áreas. O TBC difere dos modelos convencionais de turismo, nos quais as comunidades locais muitas vezes são marginalizadas e pouco se beneficiam dos fluxos turísticos.

Para o TBC, as comunidades são as verdadeiras protagonistas e parceiras essenciais na tomada de decisão, sendo a principal beneficiada. Nesse sentido, adota-se aqui a visão que o TBC reforça o compromisso social ao desenvolver as comunidades locais junto ao envolvimento de alguns atores, como governo, operadores turísticos, etc. (MAYAKA; CROY; COX, 2018). Portanto, concorda-se com a definição de que é uma estratégia das comunidades envolvidas de serem protagonistas de seus próprios modos de vida (SAMPALIO, 2005), de forma a participar desde a concepção e desenvolvimento da atividade turística. A participação da comunidade é incentivada em todas as fases do processo turístico, desde o planejamento e a concepção até a implementação e a avaliação. Isso envolve a criação de parcerias entre as comunidades, organizações não governamentais, empresas privadas e entidades governamentais, a fim de fortalecer a capacidade das comunidades locais de gerir e beneficiar-se do turismo.

Como conceito acadêmico o Turismo de Base Comunitária (TBC) emergiu inicialmente do livro "Tourism: A community approach" de Murphy, publicado em 1985 (MURPHY, 2013), e desde então tem sido objeto de extensos estudos. No contexto nacional, diversas denominações são utilizadas para descrever essa atividade, como turismo comunitário, turismo solidário, turismo de base comunitária, turismo rural comunitário, entre outras, sendo adotada aqui a sigla TBC. Há de se considerar que a diversidade cultural e ambiental do Brasil contribui para a variedade de termos utilizados para descrever o TBC no país (SANSOLO; BURSZTYN, 2009). Essas diferenças em termos de contextos, histórias, locais e atores tornam cada experiência única (BARTHOLO; SANSOLO; BURSZTYN, 2009).

As iniciativas de TBC de forma geral passam por diversas fases ou estágios ao longo do tempo aqui denominado de ciclo de vida. Embora não exista um modelo padronizado para o TBC, reconhece-se que o modelo de Butler (1980) elaborado para o turismo de massa pode ser aplicado para tais iniciativas. Butler (1980) elaborou o modelo de ciclo de vida das áreas turísticas ou também denominado de *Tourism Area Life Cycle* (TALC), sugerindo que os destinos passam por seis fases: i) exploração; ii) envolvimento; iii) desenvolvimento; iv) consolidação; v) estagnação; e, vi) declínio ou rejuvenescimento.

O TALC possui uma lógica gerencialista que trata os seres humanos como instrumentos para a maximização dos lucros, enfatizando critérios econômicos e quantitativos, assim como coloca a sociedade a serviço da economia (GAULEJAC, 2007). Nesse contexto, o TALC tem como principal fator de evolução, o crescimento do número de visitantes. Essa abordagem tem sido alvo de críticas e busca-se superar essa visão limitada. Uma crítica adicional sobre o TALC é a desconsideração de fatores que podem afetar a evolução dos destinos turísticos, como o papel do governo (KUBICKOVA; MARTIN, 2020). Assim, ao examinar o ciclo de vida das iniciativas de Turismo de Base Comunitária (TBC), o desafio reside em superar as barreiras da racionalidade econômica, deslocando o foco da lógica de mercado presente no turismo de massa. Nesse intuito, **o objetivo deste artigo consiste em analisar os principais aspectos do turismo de base comunitária nas suas diferentes fases do ciclo de vida.**

A literatura de TBC necessita de uma ampliação do campo, conforme observado por Garcia, Sanches e Rama (2018), que revelaram que esses estudos se intensificaram recentemente, a partir de 2015. A reflexão inicial que motivou o delineamento deste estudo se origina no entendimento de que as novas tendências turísticas podem contribuir para o alcance do desenvolvimento das comunidades ao serem estudadas do ponto de vista do ciclo de vida. O TBC, enquanto modelo de turismo alternativo ao de massa, tem alcançado maior visibilidade na atualidade, principalmente por direcionar os benefícios para as comunidades onde o destino turístico se insere. Contudo, o TBC enfrenta desafios e dificuldades que podem afetar sua implementação efetiva ao longo do ciclo de vida.

A seguir, uma breve apresentação conceitual sobre o ciclo de vida do turismo e sua associação com as iniciativas de TBC é mostrada. Em um momento posterior, são apresentados os procedimentos metodológicos da realização de um painel de especialistas no assunto deste estudo. Na sequência, as discussões dos resultados são apresentadas. Por fim, a última seção apresenta considerações finais e encaminhamentos para uma compreensão do TBC.

2 CICLO DE VIDA DE INICIATIVAS DE TBC

O modelo do ciclo de vida das áreas turísticas elaborado por Butler (1980) sugere que os destinos passam por seis fases que permitem acompanhar o desenvolvimento e a situação da atividade turística em função do tempo e do número de turistas.

O ciclo inicia-se com a **fase de exploração**, que é quando há poucos turistas e não há instalações específicas para recebê-los, o que torna elevado o contato com os residentes elevado. Com o aumento do número de turistas, o destino turístico entra na fase de **envolvimento** e começa a ofertar instalações, o contato entre turistas e residentes ainda permanece alto, algum tipo de marketing inicia-se para atrair mais turistas. A **fase de desenvolvimento** conta com um mercado turístico definido, enquanto ocorrem mudanças físicas na área turística, que podem gerar desentendimentos com a população local. Já a **fase de consolidação** se caracteriza pela diminuição da taxa de aumento do número de turistas, mesmo com o total aumentando e cada vez mais a economia da localidade dependente do turismo. Quando alcançar o número máximo de turistas, inicia-se a **fase de estagnação** e daqui podem surgir mais problemas ambientais, sociais e econômicos em paralelo. Na sequência, pode ocorrer o **declínio**, com a área turística perdendo competitividade com outras atrações, além de enfrentar problemas econômicos com o reduzido número de turistas, podendo até mesmo perder sua função turística ou **rejuvenescimento**, com a criação de novos atrativos turísticos ou explorar atrações antes inexploradas (BUTLER, 1980).

O modelo de Butler é uma das aplicações mais conhecidas e geralmente considerada útil para explicar o desenvolvimento de áreas turísticas (HUNT; STRONZA, 2014; NUGROHO; NUMATA, 2020). Contudo, os destinos turísticos podem não vivenciar as fases tão claramente quanto outros (BUTLER, 1980). Por exemplo, Zapata et al. (2011) ao aplicar o TALC em iniciativas de TBC na Nicarágua, observaram que elas passaram por apenas três fases, embora com ritmos de crescimento e resultados distintos: i) a fase de exploração, os visitantes são recebidos como convidados que vem realizar trabalhos para a comunidade e em troca possuem hospedagem e alimentação, começa a conceber a ideia de negócio; ii) a fase de envolvimento, onde a oferta turística e a infraestrutura foram desenvolvidas com ajuda de financiamento externo, doações, troca de conhecimento com parceiros externos e a relação entre comunidade e hóspede passa a ser mercantilizada; iii) fase de desenvolvimento, marcada pelo crescimento dos fluxos de visitantes, aqui surgem três modelos de TBC: i) crescimento acelerado, ii) crescimento moderado ou lento e iii) crescimento estagnado. Por outro lado, o modelo de Hunt e Stronza (2014) adicionou duas fases ao modelo TALC: ausência do turismo e as primeiras chegada dos turistas, que seriam antes da fase de exploração, pois segundo os

autores, os residentes locais no início das atividades turísticas não tinham conhecimentos e habilidades para lidar com o turismo.

Especificamente para iniciativas de TBC, um modelo proposto por Giampiccoli e Saayman (2018) descreve as várias etapas do TALC, a participação da comunidade e o tipo de turista, mas também adiciona duas fases ao modelo: exploração consolidada (após a fase de exploração) e envolvimento consolidado (após a fase de envolvimento). Na fase de exploração, eles observaram que os turistas são hospedados como convidados, enquanto na fase de exploração consolidada os turistas pagam pelos serviços. Por outro lado, na fase de envolvimento, a elite local passa a se envolver nos negócios, enquanto outras entidades se envolvem como o governo na fase de envolvimento consolidado.

Corroborando as discussões, Kubickova e Martin (2020) afirmam que os destinos turísticos seguem o TALC, entretanto, o nível de participação do governo resulta em quatro estágios dentro do modelo de Butler: i) proprietário: visa o desenvolvimento da indústria, está na fase de exploração; ii) autoritário: o governo começa a formular políticas e cria um ambiente propício para iniciar os negócios, fica entre as fases de envolvimento e desenvolvimento; iii) cooperativo: envolve tanto o governo como parceiros da indústria trabalhando para o destino permanecer competitivo, geralmente está nas fases de desenvolvimento e consolidação e iv) gerencial: os destinos são altamente competitivo, e o envolvimento do governo começa a diminuir na fase de estagnação.

Embora a maioria dos modelos de ciclo de vida esteja relacionada ao turismo de massa em geral, podem ser aplicados igualmente para iniciativas de TBC, como visto na contribuição de Giampiccoli e Saayman (2018). Além disso, os fatores que influenciam o TBC podem ajudar a compreender o modelo do ciclo de vida dessas iniciativas, conforme será analisado nos resultados posteriormente.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este estudo utiliza uma abordagem de pesquisa qualitativa. Nesse âmbito, os dados foram coletados por meio de entrevistas semiestruturadas, utilizando um painel de especialistas, ou seja, pessoas que conhecem a temática do TBC, seja por desenvolverem pesquisas ou por serem participantes e colaboradores de projetos dessas iniciativas. O roteiro de entrevistas foi elaborado com base na categorização levantada com o auxílio da literatura. Assim foram consideradas: i) Acesso ao mercado; ii) Benefícios à comunidade; iii) Capacitação dos membros da comunidade; iv) Governança e v) Infraestrutura turística.

Primeiramente, para selecionar os participantes, foi realizada uma busca nos diretórios de grupo de pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ), utilizando os termos “turismo de base comunitária” e “turismo comunitário”. Após isso, elaborou-se uma lista baseada nos seguintes critérios: i) está vinculado a uma Instituição de ensino superior, ii) possuir título de doutor e iii) ter alguma produção acadêmica sobre TBC nos últimos cinco anos. Na sequência, foi encaminhado por e-mail um convite para participar da entrevista. Paralelo a isso, utilizou-se da técnica de bola de neve, solicitando aos primeiros especialistas entrevistados a indicação de outros que apresentassem um perfil aderente ao objetivo da pesquisa. Para validar as indicações, alguns critérios foram observados: i) está em algum grupo de pesquisa ou ter projetos relacionados ao tema da pesquisa (no caso para professores), ii) ser indicado por pelo menos dois entrevistados (no caso de não ser professor e não possuir o título de doutor), iii) ser participante ou colaborador de alguma iniciativa de TBC no Brasil.

O material coletado consistiu em 11 (onze) entrevistas semiestruturadas que foram gravadas, transcritas e organizadas utilizando-se do *software* ATLAS.ti versão 8, que auxilia a manter um banco de dados sistematizados visualmente. Além disso, os entrevistados assinaram

um termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE). As entrevistas foram realizadas de forma online, utilizando a plataforma do *Google Meet*. Ademais, o uso de entrevistas online possibilitou que os entrevistados fossem de diferentes regiões do país, proporcionando agregar toda a diversidade das diferentes experiências de TBC no Brasil. O Quadro 1, a seguir, apresenta o perfil dos entrevistados e o tempo de duração das entrevistas que foram analisadas nesta etapa.

Quadro 1: Caracterização do perfil dos entrevistados

ID Atlas. ti	Entrevistado	Gênero	Estado de residência	Atuação profissional	Duração das entrevistas
D1	A	Feminino	Minas Gerais	Docente da UFJF. Membro da Rede Turisol	01:39:31
D2	B	Feminino	Amazonas	Técnica do ICMBIO - Região Amazônica	01:13:20
D3	C	Masculino	Amazonas	Coordenador no Instituto Mamirauá	01:34:10
D4	D	Masculino	Paraná	Docente da UFPR	00:54:45
D5	E	Feminino	Bahia	Docente da UNEB	00:59:24
D6	F	Feminino	Amazonas	Docente da UEA	01:37:03
D7	G	Feminino	Rio de Janeiro	Docente da UFRJ. Membro da Rede Turisol	01:21:40
D8	H	Masculino	Rio de Janeiro	Docente da UFRJ	01:12:15
D9	I	Masculino	Bahia	Técnico do Ministério da Agricultura. Membro da Rede Turisol. Membro da Rede Batuc	01:26:37
D10	J	Feminino	Ceará	Membro da Rede Tucum	01:14:27
D11	K	Feminino	Ceará	Gestora da secretaria de assistência social do município de Icapuí – CE. Membro da Associação Caiçara e da Rede Tucum	01:40:58

Notas: UFJF: Universidade Federal de Juiz de Fora; UFPR: Universidade Federal do Paraná; UNEB: Universidade do Estado da Bahia; UEA: Universidade do Estado do Amazonas; UFRJ: Universidade Federal do Rio de Janeiro. Fonte: Elaborado pelos autores

Para analisar os dados, utilizou-se da análise de conteúdo, que é dividida em três fases: i) pré-análise; ii) exploração do material; e iii) tratamento dos resultados, inferência e interpretação. Procurou-se categorizar trechos das transcrições das entrevistas analisadas que exemplificam uma mesma ideia (BARDIN, 2004). Assim, optou-se pela análise temática, em que cada categoria representava temas distintos, nos quais os trechos foram separados e agrupados. Para levantar as principais categorias que influenciam o ciclo de vida do TBC, buscou-se identificar as interfaces entre os fatores que influenciam a evolução de áreas turísticas em geral, fatores de sucesso ou fracasso das iniciativas de TBC, e os princípios ou premissas do TBC. Dessa forma, identificou-se na literatura: i) Acesso ao mercado; ii) Benefícios à comunidade; iii) Capacitação dos membros da comunidade; iv) Governança e v) Infraestrutura turística.

O material coletado permitiu a análise da estrutura dos dados e a elaboração de uma lista de códigos descritivos que foram categorizados posteriormente com base nos aspectos identificados na literatura sobre TBC. Inicialmente, levantou-se 44 códigos descritivos, contudo optou-se por realizar uma recodificação, e alguns foram excluídos visando uma melhor confiabilidade, totalizando 19 códigos distribuídos e agrupados em seis categorias que serão explicitadas a seguir. Após a identificação dos códigos descritivos, alguns ajustes foram realizados. Observou-se que algumas categorias definidas na literatura são tratadas atualmente com nomenclaturas diferentes, bem como uma categoria nova foi identificada e incluída, que

trata sobre conflitos. A seguir, são apresentadas as discussões dos resultados, conforme as categorias identificadas.

4 DISCUSSÕES DOS RESULTADOS

As discussões são explanadas a seguir na ordem das categorias de análise: i) Acesso ao mercado; ii) Conflitos; iii) Formações; iv) Governança; v) Infraestrutura; e, vi) Organização comunitária.

4.1 Acesso ao mercado

Como previsto no levantamento teórico, essa categoria é apontada como uma dificuldade para o sucesso das iniciativas (BURSZTYN; BARTHOLO, 2012; TASCI; CROES; VILLANUEVA, 2014), influenciando o ciclo de vida das iniciativas de TBC, especialmente nas fases de envolvimento/desenvolvimento. O Entrevistado B afirma que “[...] eles tinham né, assim o turismo ali, a organização comunitária, mas eles tinham uma grande dificuldade na comercialização, na captação né, do turista. Nessa parte de comercialização, eles tinham uma grande dificuldade”. O Entrevistado F também afirma que “[...] diante das nossas discussões, dos eventos que já aconteceram né, do nosso próprio grupo do WhatsApp, um dos gargalos é essa questão né da chegada do turista até lá”.

Para compor a categoria, os resultados apontaram três (3) códigos descritivos. O primeiro trata sobre a divulgação das iniciativas, o segundo diz respeito à comercialização e, por fim, o tempo da comunidade, que por vezes pode dificultar o acesso ao mercado.

A divulgação das iniciativas trata da forma como elas divulgam suas atividades turísticas. Por exemplo, o uso das redes sociais tem sido amplamente utilizado pela juventude, pois é um canal de fácil aprendizagem pela geração mais jovem. Além disso, pode atingir o segmento de visitantes desejados pelas comunidades, bem como obter o benefício de ser um investimento inferior a outros canais de comercialização (GRUEZO; ZAMBRANO; IZQUIETA, 2018). O Entrevistado A afirma que “a juventude que sabe fazer aqueles vídeos maravilhosos que todo mundo curte, segue no Instagram. Então eles têm feito nessa comunicação com o visitante, com os seguidores via redes sociais né”. Outra forma apontada é por meio da realização de eventos em que acontecem encontros entre várias experiências e pessoas dispostas a ajudar. No entanto, a maior parte das iniciativas utiliza o ‘boca a boca’, principalmente por meio de professores de universidades, quando realizam projetos em tais iniciativas. O Entrevistado K afirma que “[...] vários professores assim das universidades né, que tem esse compromisso que conhece né, o potencial do turismo comunitário, eles sempre estão à disposição pra nos ajudar, sem contar na questão da divulgação, de divulgar nossos pacotes, de ajudar a fazer o nosso marketing”.

Quanto à comercialização, alguns aspectos foram levantados nas entrevistas, por exemplo: onde está o visitante interessado em conhecer essas iniciativas, como criar estratégias para atrair esse público, e criar ou encontrar agências que dialoguem com essas iniciativas, que entendam o perfil que se busca de visitantes. Cañada (2015) observou, nas experiências da América Latina, a existência de alguns grupos de comercialização do TBC: i) comercialização através de redes e organizações comunitárias; ii) organizações civis; iii) alianças entre redes e organizações comunitárias com empresas privadas; iv) operadoras turísticas privadas; e, v) estruturas públicas. O Entrevistado B afirma que “às vezes, acontece da comunidade ali ter uma organização interna, mas ela não ter muita capacidade de comercializar, de atrair seu visitante. Então, eu acho que é interessante também, (os empresários) são pessoas importantes que podem contribuir também pra o desenvolvimento”. Por sua vez, o Entrevistado G afirma que “algumas

iniciativas têm sua própria agência né, tem outras que vão pegar parceiros, agências que pensam né, tem né como eles vão negociar, vão fazer essa parceria da comercialização”.

O tempo da comunidade está relacionado as dinâmicas de modo de vida de cada comunidade e, dentro das especificidades das iniciativas, vão existir momentos que ela não pode receber visitantes, afetando o acesso ao mercado. Por exemplo, em algumas tradições religiosas, a iniciativa pode ficar por meses fechada, até mesmo um problema ambiental na região pode fazer com que a iniciativa pare de receber as pessoas.

É... uma vez eu recebi uma ONG Italiana do qual eu também dou acessória na área de Eco gastronomia e a gente fez uma visita, não foi visita turística, num período de luto numa comunidade quilombola, e as informações não fluíam. E a gente teve que voltar depois. A gente só foi porque a assessora internacional tava aqui e... praticamente a gente ficou falando sozinho. Porque não tinha completado o luto deles ainda. Então o ritmo da comunidade é aquele. Pode vim o Papa, mas o Papa vai ter que esperar (Entrevistado I).

Submeter o TBC ao tempo do turismo de massa é violar os seus próprios princípios. Nessa situação, é preciso reconhecer a dinâmica do tempo dessas comunidades, que pode estar vinculada a questões culturais ou à produção estabelecida na localidade, entre outros aspectos (LIMA, 2011).

4.2 Conflitos

Embora a literatura aponte para a existência de conflitos em torno das experiências de TBC, esta categoria não apareceu no levantamento teórico como aspecto-chave. Por outro lado, os entrevistados reforçaram a importância dos conflitos como desarticulador das iniciativas em qualquer fase do ciclo de vida. Nesta categoria surgiram dois códigos descritivos. O primeiro diz respeito aos conflitos em geral, que vão desde os conflitos internos, que podem interferir no desenvolvimento da atividade turística do TBC, assim como na esfera comunitária, como os conflitos com a exploração de recursos ambientais, pelo uso dos recursos financeiros, pela garantia do direito ao território, ou seja, conflitos territoriais, comum por exemplo, no litoral cearense (BARTHOLO; SAN SOLO; BURSZTYN, 2009) e no litoral norte paulista e sul fluminense (MARTINS, 2020), além de várias outras regiões do país.

[...] porque quem mora no litoral a gente sofre muitas ameaças né a questão da invasão do território, são os atravessadores é especulação imobiliária, e grandes empresas né que chegam então a gente, cada, parece assim que cada ano tem uma novidade né, de ameaça que insiste né, a mexer com a vida, a rotina das comunidades (Entrevistado K)

[...] Olhe, desde sempre, desde sempre as comunidades lutam pela especulação imobiliária. Né o... claro que o setor privado, os empresários querendo entrar dentro das comunidades, privar a comunidade pra construir empresas, construir resorts, principalmente resorts, porque as comunidades estão localizadas a beira da praia praticamente, então... existe muito essa questão de...é... querer chegar na comunidade e ir apresentando que vai ter muita melhoria, muito empregos e tra ra rá. Querendo comprar as comunidades (Entrevistado J).

Quanto aos conflitos internos, foram citadas várias situações que demonstraram como afetaram as iniciativas e como isso precisa ser trabalhado para solucionar e evitar.

[...] E aí o que acontecer, acontecer dos outros ficarem né se questionando: o que que tá acontecendo? E tal, e as informações não era apresentada adequadamente. Então até hoje, você tem conflitos assim na própria comunidade. Não só na comunidade, mas no Rio, porque as pessoas ainda duvidam, ah e aquela pessoa, recebia dinheiro por fora, aquela pessoa isso, que que fez com o dinheiro. [...] então acho que o mais

importante do conflito é encarar eles e pensar na solução né? E não deixar que ele vire aquela bola de neve ou então vamos ignorar o conflito e deixar ele ali quietinho, que se a gente não mexe nele ele vai se resolver (Entrevistado B).

[...] Porque se as pessoas começam a entender aquilo como sua atividade principal, aí começam muitos conflitos, e começam muitos jogos de interesse né. Então assim, aí isso acaba desarticulando a comunidade né[...] porque, assim né, tem vários aspectos que podem influenciar essas experiências, desde os conflitos internos mesmo de interesse[...] (Entrevistado F).

Quanto ao código ‘outras ameaças’, o destaque é para a pandemia da covid-19, citada como motivo para algumas experiências apresentarem a fase de estagnação, além da ausência de políticas públicas com a mudança de governo federal. Fora citado, também, o caso do derramamento de óleo no litoral do país, que atingiu diretamente várias experiências litorâneas.

[...] Então olha o que a pandemia gerou de dificuldade pra essas comunidades, elas tiveram que fecharam as portas, o portão parou tudo e agora? Aquela cartilha de TBC, aquele livreto né que traz toda uma metodologia, que traz toda a fórmula mágica, não funciona mais. A gente vai ter que reinventar isso tudo agora, isso pra mim ficou assim muito claro na pandemia né (Entrevistado A).

[...] Talvez pra gente do turismo comunitário esse processo de estagnação ele começou desde aquele problema do derramamento de óleo no Nordeste. Então ali foi o nosso, é o nosso primeiro momento de fechar né as nossas comunidades por conta né, da situação que a gente acompanhou de perto, nosso mar eram os peixes morrendo, a gente não podia servir né os nossos pratos principais que era a questão do pescado, nossos mariscos né, todos contaminados com a questão do óleo, então a gente já teve um primeiro momento de fechar né, as nossas comunidades por conta do derramamento de óleo e logo em seguida veio a pandemia (Entrevistado K).

De fato, os conflitos ocorrem com frequência no desenvolvimento das experiências de TBC, trazendo inúmeras dificuldades (CURCIJA; BREAKEY; DRIML, 2019). Por outro lado, o conceito de conflito nem sempre é destrutivo, pois o conflito construtivo pode se manifestar por meio de frustração, debate e discussão, e pode levar à um maior entendimento entre os colaboradores, influenciando a colaboração entre os atores envolvidos.

4.3 Formações

No levantamento teórico, esta categoria foi nomeada de ‘capacitação da comunidade’, contudo durante esta coleta, alguns entrevistados usaram o termo ‘formações’ e apontaram como um termo mais usual para tratar das experiências de TBC. Assim, foi dividida em dois códigos descritivos: i) formações gerais e ii) sensibilização da comunidade. De forma geral, pode-se afirmar que educar e treinar a comunidade sobre a gestão turística em nível comunitário, bem como outras habilidades, como marketing, comunicação e finanças, é imprescindível para a continuidade da experiência turística. Reconhecendo que o processo de aprendizagem demora anos e muitas circunstâncias podem mudar ao longo do tempo (DODDS; ALI; GALASKI, 2018), é possível a comunidade se beneficiar com as oportunidades de formação e treinamento, por exemplo para obter empregos (SEBELE, 2010). Ou seja, por meio das formações a comunidade pode conquistar bem-estar, além do próprio empoderamento.

O Entrevistado A afirma que “essas formações são muito importantes porque elas misturam né saber popular, saber técnico, saber acadêmico. [...] trazem um pouco dessa visão mais de, vamos dizer de hospedagem, de alimentação de como né é organizar um chalezinho”.

Certamente, sem um trabalho de qualificação profissional ali, dificilmente você consegue né que essa iniciativa que se interesse consiga efetivamente oferecer um produto no mercado né! Porque você ter um conhecimento técnico aí, inerente a atividade turística que precisa ser trabalhado com os comunitários né [...] seja de

gestão financeira seja de gestão da limpeza né dos equipamentos né, de como oferecer um serviço para um cliente né! (Entrevistado H).

Os achados corroboram os estudos de Dodds, Ali e Galaski (2018), ao tratar sobre o fortalecimento das experiências de TBC a partir do desenvolvimento contínuo dessas formações. O Entrevistado G afirma que “lá no Ceará, que tiveram vários cursos de formação de lideranças no litoral, né, com técnicas. Que é porque é muito importante que se criem líderes pra pensar, liderar, pra né, direcionar projetos”.

São formações constantes dentro, principalmente, da nossa rede. Essa questão de gestão financeira, comunicação, comunicação interna e externa [...] quais são as nossas prioridades? Formar os grupos de acordo com a nossa cultura local. [...] A gente vai pegar alguém da comunidade que desenvolve já muitos pratos locais, e fazer esse curso de formação com os interessados sobre pratos locais (Entrevistado J).

As condições socioeconômicas estão diretamente relacionadas à falta de habilidade e conhecimentos necessários para o turismo, e o baixo nível de educação formal. Tais limitações são predominantes em países em desenvolvimento, como o Brasil, o que torna fundamental o desenvolvimento de formações dos comunitários que desenvolvem o TBC (ZIELINSKI; JEONG; MILANÉS, 2021). Vale destacar que, a maior parte das formações geralmente ocorre após a fase de exploração, pois é quando as experiências passam a ter contato com outros atores dispostos a ajudar e colaborar. O Entrevistado K afirma que “alguns professores eles têm nos ajudado bastante na questão de temas específicos né, de ajudar com palestras, com informações. A gente sempre tem contado com eles nesse sentido. Então, tanto o pessoal da UECE né, a UFC, sempre tem feito parcerias assim com alguns professores”.

Na fase inicial (exploração) do TBC, a sensibilização da comunidade desempenha um papel fundamental, pois contribui para promover a participação (GUZZATTI, 2010). É essencial sensibilizar toda a comunidade para aceitar as práticas iniciais de turismo e as mudanças que ocorrerão, garantindo assim a continuidade da experiência. Especial atenção deve ser dada aos mais jovens, fornecendo garantias de que a experiência será preservada. Essas práticas são realizadas por meio de formações e diálogos informais e participativos, permitindo que os participantes desenvolvam uma consciência colaborativa para perpetuar as práticas de TBC. O Entrevistado F relata que “a gente tá construindo primeiro o entendimento dessa comunidade sobre o TBC né. [...] depois eles querem saber mais sobre isso, querem fazer intercâmbio, querem fazer oficinas, e aí a gente vai tentar viabilizar a partir de uma demanda deles quais seriam essas oficinas”.

Em outros termos, pode-se afirmar que a atividade do TBC seja pautada por meio da sensibilização para a importância da valorização dos recursos naturais, culturais, além da importância da organização social para a busca por melhorias dessas comunidades (SILVA; CHAVES; SIMONETTI, 2020). Ao mesmo tempo que se reconhece o valor da capacitação da comunidade, por outro lado, observa-se que pouca atenção tem sido dada aos resultados das intervenções de capacitação em iniciativas de TBC (MOSCARDO, 2008).

4.4 Governança

Como previsto na literatura, a governança tem sido associada como entrave para a fase de consolidação das iniciativas de TBC no mercado turístico (GRACIANO; HOLANDA, 2019). Para compreendê-la, foram levantados três códigos descritivos: i) participação, ii) transparência e iii) eficácia.

O primeiro assunto levantado é a participação, que envolve não apenas a comunidade, mas os atores sociais atuantes no TBC, como agências privadas, elite local, instituições públicas etc. Ou seja, os problemas com a participação podem ocorrer em qualquer fase do ciclo de vida.

Um dos aspectos confirmados para análise da participação é quanto a percepção de seus interesses e o tipo de participação. O Entrevistado G afirma que “a questão da participação também é um exercício né. Então tem grupos mais participativos que outros né porque eles têm assídua participação. Tem outros que não sabem o que é isso”.

Apesar de sugerir que uma participação mais espontânea seja o ideal, o entrevistado F esclarece que “[...]a comunidade pode aprender né, pode aperfeiçoar, mas ela precisa se envolver. Se não tiver essa participação ativa, se eles não entenderem a dinâmica do turismo, se eles não entenderem como é que funciona o negócio, a coisa não vai acontecer né”. O trecho acima reforça que a participação deve ser qualificada e/ou compromissada para que o projeto tenha algum êxito e chegue à uma fase de consolidação. Tal constatação levou à identificação de outro aspecto a ser analisado: identificação de uma participação qualificada, com envolvimento e engajamento. O Entrevistado H ressalta que “se eu dou uma ajuda de custo pra a pessoa participar das reuniões, pronto, eu tô comprando a participação. Ela vai pra lá porque eu estou pagando, isso não quer dizer que ela está envolvida”.

Outro aspecto confirmado diz respeito às formas de escolha de líderes e a rotatividade da liderança, corroborando com Tolkach et al. (2013), que apontou esses aspectos da governança para o TBC. Também foi mencionada a integração entre os participantes, que se ajudam mutuamente, além da caracterização das relações a partir dos modelos *top down* e *botton up*. Muitas vezes, apoiadores externos implementam modelos baseados em economias desenvolvidas de maneira *top-down*, que não contribuem para a participação da comunidade. Assim o controle inicial do TBC e seu potencial podem ser prejudicados (GIAMPICCOLI; SAAYMAN, 2018). Por outro lado, o movimento *top down* ou *botton up* depende de fatores como do envolvimento comunitário e do empoderamento dessas iniciativas. O Entrevistado F afirma que “as duas podem né eu acho que caminhar juntas, eu acho que isso vai depender muito do envolvimento comunitário né, das pessoas entenderem que essa prática pode ser uma prática”.

A transparência permite aumentar a legitimidade da ação democrática, ao mesmo tempo que contribui para que os cidadãos se tornem participantes ativos (MARTÍNEZ, 2005). Ela o faz por meio da disponibilização das informações, como pela escolha do que é relevante (LOCKWOOD, 2010). A transparência foi associada à construção de um clima favorável entre os diferentes atores sociais, conforme exaltado pelo entrevistado H “...o problema é que quando não tem uma governança clara transparente, né isso acaba minando o processo e mina mesmo assim, as pessoas acabam descreditando no processo”. Ademais, esse processo de deslegitimação levaria à ocorrência de inúmeros conflitos.

Quanto à eficácia, Kibicho (2008) apontou que o alcance de metas e objetivos estabelecidos é um fator crítico de sucesso das iniciativas de TBC. A eficácia está relacionada às parcerias, incluindo o nível de colaboração e a existência de apoio com recursos. O Entrevistado K relata que “a gente conseguiu um financiamento pra construir essa pousada como uma parceria com uma ONG Italiana [...], são voluntários né que eles articulam né, e sempre conseguiram alguns projetos aqui pro município”. Contudo, os recursos advindos de fontes externas podem gerar dependência para a comunidade (SANSOLO, 2009). Para evitar, pode-se elencar alguns elementos de uma parceria: decisões tomadas em conjunto, as soluções devem contemplar as diferenças, a responsabilidade é coletiva, e as parcerias são dinâmicas e emergentes (GRACI, 2013).

Outro aspecto levantado para eficácia é a articulação com outras experiências para formar uma rede. A organização em rede parte da premissa de utilizar o turismo como uma das alternativas para fortalecimento comunitário. Na América Latina, a maior parte das iniciativas que estão em rede encontram-se em áreas rurais e no entorno de unidades de conservação (MORAES, IRVING, MENDONÇA, 2018). O Entrevistado I destaca que “a rede é imprescindível hoje para qualquer processo formativo, capacitativo e de incidência política, de

conquista de política pública e sobretudo de muita troca interna”. De forma geral, as parcerias são temporárias, conforme os projetos vão ocorrendo. E muitas parcerias, especialmente com as universidades, são tão longas que se cria um vínculo de amizade.

4.5 Infraestrutura

Como a infraestrutura abrange tanto a parte de oferta turística, ou seja, a capacidade de receber visitantes nas iniciativas e a disponibilidade de equipamentos turísticos, como também a infraestrutura básica, como acesso a água, rede de esgoto, luz, estradas acessíveis à região etc., essa categoria foi renomeada. A infraestrutura segundo os entrevistados inclui hospedagens, instalações de comunicação, rotas de transporte, sistemas de gerenciamento de energia, água e equipamentos turísticos (ASKER *et al.*, 2010). Assim, foram considerados quatro códigos: i) serviços básicos; ii) logística de acesso; iii) volume de visitantes; e, iv) infraestrutura turística.

Quanto aos serviços básicos, são apontados pelos entrevistados como requisito básico e essencial para que as experiências de TBC possam funcionar. Os serviços básicos devem ser capazes de garantir qualidade de vida à comunidade e ao visitante, pois, conforme aponta Oliveira e Marinho (2005), tais serviços devem ser disponibilizados para as reais necessidades da comunidade: “você só consegue receber às pessoas bem se você vive bem né? Como que você vai receber alguém né, [...] se você não tem boas condições de vida né?” (Entrevistado D).

O sistema de comunicação também foi recorrente nas entrevistas, considerando que algumas experiências estão em lugares isolados: “como a comunicação é difícil, minha preocupação é como que o mundo [...] vai saber que aquela comunidade existe e faz turismo” (Entrevistado C). A garantia de acesso à rede de comunicação é fundamental para que as experiências possam se tornar conhecidas pelos visitantes.

Quanto à logística de acesso às iniciativas, é um desafio especialmente para a região Norte do país: “É, boa parte é via fluvial. E por rio é mais demorado e gasta muito mais, principalmente combustível. Então, naturalmente os passeios, as atividades, os roteiros, saem mais, são mais caros do que onde você consegue fazer tudo via... é, terrestre” (Entrevistado C); “A comunidade lá ela é meio que na beira da praia e pra gente chegar você tem que passar muitas dunas. [...] você vai até um certo local com carro baixo e lá a comunidade vai com outro carro lhe buscar” (Entrevistado J).

Sabe-se que algumas experiências estão em regiões de difícil acesso, isoladas de centros urbanizados. Para garantir o pleno funcionamento da atividade turística, é preciso verificar as condições para o deslocamento do visitante, observando a existência dos tipos de transportes, quem efetua o serviço de deslocamento e o valor a ser cobrado. Sem o acesso garantido, não há como os visitantes chegarem até as iniciativas.

O código identificado como ‘volume de visitantes’ foi relacionado à questão da qualidade ser mais importante que a quantidade:

[...] quando a gente começa a perceber que... é... vai aumentando a quantidade de pessoas e diminuindo a qualidade, é uma preocupação muito grande pra gente. Que às vezes a gente tem pessoas qualificadas pra um tanto de... receber um tanto de pessoas, e aí quando... aumenta esse tanto de pessoas a gente já se preocupa. A gente vivencia isso muito na questão de feriados como o réveillon, em hospedagens que recebem, por exemplo os chalés, que recebem até 4 pessoas. [...] Então, a gente sempre se preocupa mais na qualidade do que na quantidade. E aí quando começa a ir pra quantidade de pessoas a gente tem já, já sabe que começa a ir muito pra o pensamento individualista (Entrevistado J).

Portanto, a capacidade para receber visitantes deve considerar o volume máximo que a comunidade consegue receber, preservando a qualidade da experiência que será proporcionada.

Quanto à infraestrutura turística, diferentes aspectos foram levantados. De forma geral, a infraestrutura turística do TBC é diferente do turismo de massa. Sansolo e Bursztyn (2009) observaram a prevalência de pequenas pousadas, hospedagens domiciliares e campings na maioria das iniciativas de TBC pesquisadas. Os visitantes das experiências de TBC estão preocupados em viver a experiência, tal qual o modo de vida daquelas pessoas: “ele pode dormir numa rede, mas que seja um ambiente limpo, uma rede que vai estar bem presa né (risos). [...] é uma infra adaptada aquela cultura, aquela realidade” (Entrevistado A).

Portanto, espera-se que essa infraestrutura possua o mínimo de condições para manutenção das estruturas e que o visitante possa usufruir da higiene. Além disso, espera-se que ofereça outras opções, que possam atender aos visitantes em uma eventual necessidade. Nesse contexto, um dos pontos que diferencia o TBC é que requer menor densidade de infraestrutura e serviços, buscando valorizar os ambientes naturais e a cultura de cada local (BURSZTYN; BATHOLO; DELAMARIO, 2009).

4.6 Organização comunitária

A organização comunitária é uma categoria que no levantamento teórico foi definida como benefícios à comunidade e aqui foi ampliada para envolver outros aspectos importantes. Ela se mostrou importante para todas as fases do ciclo de vida, segundo os entrevistados. Para compreendê-la de forma melhor foi dividida em cinco códigos descritivos: i) grau de organização, ii) intergeracionalidade, iii) fortalecimento da cultura, iv) protagonismo comunitário e v) reconhecimento de outros benefícios.

Nesse âmbito, o primeiro código é o grau de organização, que está relacionado a aspectos como associações, cooperativas, grupos de trabalho, diálogo na comunidade, lideranças fortalecidas, objetivos comuns e decisões coletivas, como pode ser visto nos trechos destacados a seguir: “[...] é uma coisa importante, que a gente tem para essa organização comunitária, primeiro é a conversa, né? As comunidades, elas precisam se conversar, é, ter essa rotina” (Entrevistado B); “muitas das vezes eles querem acessar algo né assim, às vezes, um recurso, participar de um edital. E, muitas das vezes, não podem. Porque, às vezes, eles não estão, digamos, formalizados” (Entrevistado F).

Outro aspecto analisado para o grau de organização, e que converge com a literatura sobre TBC, é a compreensão de que o turismo é uma atividade complementar e não principal da comunidade que a desenvolve (MORAES et al., 2020): “tem que continuar sendo uma atividade complementar [...] eu dependo da grana que entra com o turismo, eu vou aceitar condições que talvez se eu não dependesse da grana eu não aceitaria” (Entrevistado H).

Tradicionalmente, a maior parte das experiências de TBC é constituída de pessoas mais idosas, e a ‘intergeracionalidade’ diz respeito à capacidade das experiências de inserir os jovens nas atividades turísticas, promovendo o incentivo à continuidade das atividades. Alguns trechos revelam essa preocupação: “atrair a juventude hoje pro TBC é um desafio. [...] hoje já está aí né, com uma idade avançada, e aí passou pra para o filho, pra filha que estudou” (Entrevistado A); “eles passam a se envolver de forma positiva quando verem pessoas de vários lugares do mundo valorizando aquilo que os pais fazem, que os avós fazem” (Entrevistado I).

Como o TBC é uma atividade complementar, os jovens têm como opção envolver-se tanto nas atividades principais dos seus familiares, quanto se integrar àquelas da cadeia produtiva do turismo. Compete aos líderes no desenvolvimento das atividades turísticas incentivar os jovens para que eles se envolvam, pois acarreta uma nova dinâmica familiar intergeracional de sucessão. Além disso, as novas tecnologias têm facilitado o envolvimento dos jovens em atividades relacionadas às iniciativas turísticas.

Nesse contexto, o fortalecimento da cultura surge como categoria. Os entrevistados mencionaram a importância da preservação das tradições, festas culturais e o conhecimento da

sua própria história para o fortalecimento dessa organização comunitária, além da preservação do seu modo de vida. O turismo deve valorizar os aspectos culturais, envolvendo os comunitários que desejam trabalhar com o turismo nesse processo (SILVA; CHAVES; SIMONETTI, 2020): “é a possibilidade do ressurgir né, do revitalizar as manifestações culturais [...] de cultura identitária, independente de fazerem apresentações para turistas” (Entrevistado D).

A valorização da cultura e do modo de vida é um dos elementos principais do TBC. Esse modo de vida que carrega as atividades tradicionais, que se tornam atrativos da atividade turística, estabelece uma relação de interdependência. De um lado, o turismo encontra nessas atividades um alicerce e as atividades tradicionais, por sua vez, encontram no turismo um meio para fortalecer sua prática (FABRINO, COSTA, NASCIMENTO, 2012): “de uma forma se torna uma experiência né ligada ao turismo, valorizando os modos de vida, as relações culturais internas” (Entrevistado G).

O protagonismo comunitário se revela como um aspecto fundamental para a organização do turismo comunitário, uma vez que é resultado do sentimento de pertencimento e de poder influenciar a tomada de decisão (FABRINO; COSTA; NASCIMENTO, 2012). O Entrevistado E afirma que “elas é que vão decidir se querem ou não utilizar isso para mostrar a visitantes e turistas. A decisão tá toda na comunidade. A autogestão é da comunidade. Todo protagonismo é da comunidade”.

A comunidade precisa ter consciência do balanceamento dos benefícios econômicos e compromisso social, pois contribui para a revalorização da cultura e manutenção do modo de vida das populações (FABRINO; COSTA; NASCIMENTO, 2012).

Outro aspecto é o trabalho de sensibilização para conservação da natureza (ZAPATA et al., 2011). O entrevistado K ressalta a “sustentabilidade mesmo dos municípios né, de pensar uma proposta viável que garanta o território, que proteja o nosso meio ambiente, que a gente tem acompanhado né, cenários bastante devastadores”. O entrevistado K também afirma: “eu acho, acredito eu, acho que na tese, na prática, a gente tem acompanhado tudo isso, quando a comunidade ela tem uma base fortalecida, todas as suas ameaças a gente consegue superar”. Assim, destaca-se que a organização comunitária é uma categoria importante em todas as fases do ciclo de vida.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve o objetivo de analisar os principais aspectos do turismo de base comunitária nas suas diferentes fases do ciclo de vida a partir de um painel de especialistas. Em síntese, as discussões apontam uma presença mais forte de alguns aspectos dos TBC em determinadas fases do seu ciclo de vida. Na fase de exploração é importante a sensibilização da comunidade e diversas formações. Na fase de envolvimento/desenvolvimento, é fundamental a construção de parcerias e o estabelecimento de redes de colaboração. Na consolidação, espera-se algum nível de governança, sobretudo as questões de transparência, que fortalecem a confiança entre os membros da comunidade. Quanto à estagnação, pode ocorrer por inúmeros fatores, um deles pode ser a dificuldade de acesso ao mercado, podendo acontecer em qualquer momento do ciclo de vida.

As discussões sobre o TBC têm ganhado cada vez mais relevância nas últimas décadas, mas ainda são consideradas recentes e requerem uma maior exploração. A análise dos principais aspectos do TBC nas suas diferentes fases de ciclo de vida contribui para incrementos conceituais que avançam a compreensão de um circuito alternativo de turismo. Essa elaboração teórica reforça e revela aspectos distintivos nas trajetórias do TBC em contraste ao turismo convencional. Por sua vez, a análise do ciclo de vida das iniciativas também é uma possível abordagem que contribui para o entendimento do TBC, pois permite um olhar abrangente e

estratégico no planejamento e na gestão das iniciativas. Ao identificar os desafios e as oportunidades em cada fase do ciclo é possível adotar medidas adequadas para impulsionar o desenvolvimento e a sustentabilidade do TBC.

Por meio deste estudo, percebe-se que a compreensão dos impactos sociais, econômicos e ambientais do TBC, bem como das melhores práticas de implementação, é fundamental para seu sucesso e sustentabilidade. Em suma, este estudo ressalta a relevância do apoio governamental no desenvolvimento do TBC no Brasil. Ao promover e apoiar essa modalidade de turismo, o governo pode impulsionar o crescimento econômico nas comunidades locais, fomentar a inclusão social, preservar o patrimônio cultural e natural, e diversificar a oferta turística do país. Essas ações têm o potencial de fortalecer a economia local, gerar oportunidades de emprego, reduzir as disparidades regionais e criar um ambiente propício para o desenvolvimento sustentável do turismo em diferentes regiões do Brasil. Além disso, o apoio governamental ao TBC pode resultar em benefícios socioambientais significativos.

Outra contribuição deste estudo é quanto ao fortalecimento das redes de TBC em nível local, regional e nacional. Observou-se que a formação de redes é importante não só para comercialização, mas para a atuação na reivindicação por políticas públicas capazes de impulsionar o crescimento das iniciativas. Nesse ponto é imprescindível que a comunidade dialogue com outras experiências e crie alianças para que formem redes sólidas. Além disso, o papel da universidade é fundamental na busca por esse diálogo e na luta por políticas públicas.

Por se tratar de uma pesquisa qualitativa, é importante ressaltar que os resultados obtidos possuem limites dentro dos princípios que orientam este tipo de investigação. Nesse sentido, destaca-se que cada iniciativa de TBC possui características únicas, o que implica que alguns aspectos que não foram discutidos podem ser considerados, da mesma forma que outros já mencionados podem não estar presentes. De forma geral, o painel de especialistas teve a importância de proporcionar reflexões importantes, com aprofundamento e domínio do assunto, que influenciaram os ajustes realizados na elaboração teórica que foi apresentada. Neste intuito, o principal ajuste teórico foi o surgimento de uma categoria nova, que representa as situações de conflito no desenvolvimento do TBC. Além disso, a categoria de benefícios à comunidade foi ampliada para representar a organização comunitária, indo além do que era proposto anteriormente.

Uma limitação a ser considerada é a falta de informações sobre os aspectos-chave para as fases de declínio e rejuvenescimento das iniciativas de TBC. Os entrevistados não abordaram essas fases em detalhes, o que sugere a necessidade de futuras pesquisas que investiguem iniciativas que tenham passado por essas fases. Isso permitiria uma compreensão mais aprofundada dos desafios e das estratégias adotadas durante esses períodos.

Este estudo não esgota toda a complexidade dos problemas relacionado ao TBC, mas espera-se que inspire outros a buscarem compreender mais sobre as dificuldades e como as iniciativas têm lidado com possíveis soluções. Portanto, para que haja continuidade e avanços para a compreensão do fenômeno, propõe-se uma agenda de pesquisa que sirva de inspiração para pesquisa futuras, i) aprofundar o estudo sobre cada categoria isoladamente, com o intuito de identificar limitações e melhorias no tocante aos códigos descritivos, ii) submeter as categorias e códigos à um modelo quantitativo, para sua validação por meio de outro caminho metodológico e efetuar a comparação dos resultados, iii) aplicar em uma iniciativa e verificar se as categorias se confirmam.

REFERÊNCIAS

ASKER, S. A. *et al.* **Effective community based tourism: a best practice manual.** Brisbane: Griffith University, 2010.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2004.

BARTHOLO, R.; SANSOLO, D. G.; BURSZTYN, I. **Turismo de base comunitária: diversidades de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Dinâmica e diversidade do turismo de base comunitária: desafio para a formulação de política pública**. Brasília, DF: Ministério do Turismo, 2010. *E-book*. Disponível em: <https://www.each.usp.br/turismo/livros.php>. Acesso em: 30 jun. 2023.

BURSZTYN, I; BARTHOLO, R. O processo de comercialização do turismo de base comunitária no Brasil: desafios, potencialidades e perspectivas. **Sustainability in Debate**, v. 3, n. 1, p. 97-115, 2012.

BURSZTYN, I.; BARTHOLO, R.; DELAMARO, M. Turismo para quem? Sobre caminhos de desenvolvimento e alternativas para o turismo no Brasil. **Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, p. 76-91, 2009.

BUTLER, R. W. The concept of a tourist area cycle of evolution: implications for management of resources. **Canadian Geographer/Le Géographe canadien**, v. 24, n. 1, p. 5-12, 1980. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.1541-0064.1980.tb00970.x>.

CURCIJA, M.; BREakey, N.; DRIML, S. Development of a conflict management model as a tool for improved project outcomes in community based tourism. **Tourism Management**, v. 70, p. 341-354, 2019.

DODDS, R.; ALI, A.; GALASKI, K. Mobilizing knowledge: determining key elements for success and pitfalls in developing community-based tourism. **Current Issues in Tourism**, v. 21, n. 13, p. 1547–1568, 2 set. 2018. DOI: <https://doi.org/10.1080/13683500.2016.1150257>.

FABRINO, N. H.; COSTA, H. A.; NASCIMENTO, E. P. DO. Turismo de Base Comunitária (TBC): elementos chaves para aferir seu desempenho na perspectiva da sustentabilidade. **Revista Brasileira de Ecoturismo (RBEcotur)**, v. 5, n. 3, p. 546–559, set./dez. 2012. DOI: <https://doi.org/10.34024/rbecotur.2012.v5.6224>.

GAULEJAC, V. **Gestão como doença social: ideologia, poder gerencialista e fragmentação social**. São Paulo: Ideias e Letras, 2007.

GARCÍA, J. A.; SÁNCHEZ, A. D; RAMA, M. C. D. R. Scientific coverage in community-based tourism: Sustainable tourism and strategy for social development. **Sustainability**, v. 10, n. 4, p. 1158, 2018.

GIAMPICCOLI, A.; SAAYMAN, M. Community-based tourism development model and community participation. **African Journal of Hospitality, Tourism and Leisure**, v. 7, n. 4, p. 1–27, 2018.

GRACI, S. Collaboration and partnership development for sustainable tourism. **Tourism Geographies**, v. 15, n. 1, p. 25-42, 2013.

GRACIANO, P. F.; HOLANDA, L. A. DE. Análise bibliométrica da produção científica sobre turismo de base comunitária de 2013 a 2018. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, v. 14, n. 1, p. 161–179, 14 jan. 2020.

GRUEZO, M. L.; ZAMBRANO, A. P.; IZQUIETA, P. G Turismo comunitario vs. Emprendimientos comunitarios. **Revista Universidad y Sociedad**, v. 10, n. 1, p. 143-149, 2018.

GUZZATTI, C. T. **O agroturismo como elemento dinamizador na construção de territórios rurais: O caso da Associação de Agroturismo Acolhida na Colônia em Santa Rosa de Lima (SC)**. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia. Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

HUNT, C.; STRONZA, A. Stage-based tourism models and resident attitudes towards tourism in an emerging destination in the developing world. **Journal of Sustainable Tourism**, v. 22, n. 2, p. 279–298, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1080/09669582.2013.815761>.

KIBICHO, W. Community-based tourism: A factor-cluster segmentation approach. **Journal of Sustainable Tourism**, v. 16, n. 2, p. 211-231, 2008.

KUBICKOVA, M.; MARTIN, D. Exploring the relationship between government and destination competitiveness: The TALC model perspective. **Tourism Management**, v. 78, p. 104040, Jun. 2020. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.tourman.2019.104040>.

LOCKWOOD M. Good governance for terrestrial protected areas: A framework, principles and performance outcomes. **Journal of Environmental Management**. v. 91, p.754-766, 2010.

MARTÍNEZ, A. C. I. **La gobernanza hoy: 10 textos de referencia**. 1 ed. Madrid: Instituto Nacional de Administración Pública, p. 11-36, 2005.

MAYAKA, M.; CROY, W. G.; COX, J. W. Participation as motif in community-based tourism: a practice perspective. **Journal of Sustainable Tourism**, v. 26, n. 3, p. 416–432, 4 Mar. 2018. DOI: <https://doi.org/10.1080/09669582.2017.1359278>.

MORAES, E. A. *et al.* Turismo de base comunitária à luz da teoria ator-rede: novos caminhos investigativos no contexto brasileiro. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 122, p. 145–168, 1 set. 2020. DOI: <https://doi.org/10.4000/rccs.10761>.

MORAES, E. A.; IRVING, M. A.; MENDONÇA, T. C. M. Turismo de Base Comunitária na América Latina: Uma Estratégia em Rede. **Turismo: Visão e Ação**, v. 20, n. 2, p. 249-265, 2018.

MOSCARDO, G. (Ed.). **Building community capacity for tourism development**. Cabi, 2008.

MURPHY, P. E. **Tourism: A community approach (RLE Tourism)**. Routledge, 2013.

NUGROHO, P.; NUMATA, S. Changes in residents' attitudes toward community-based tourism through destination development in Gunung Ciremai national park, Indonesia. **Tourism Recreation Research**, v.46, n. 3, p. 1–19, 28 Aug. 2020.

OLIVEIRA, A. M.; MARINHO, M. Comunidade Quilombola de Furnas do Dionísio: manifestações culturais, turismo e desenvolvimento local. **Caderno Virtual de Turismo**, v. 5, n. 1, 2005.

SAMPAIO, C. A. C. **Turismo como fenômeno humano**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2005.

SANSOLO, D. G.; BURSZTYN, I. Turismo de base comunitária: potencialidade no espaço rural brasileiro. In: BARTHOLO, R.; SANSOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (org). **Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009. p. 142–161.

SEBELE, L. S. Community-based tourism ventures, benefits and challenges: Khama Rhino Sanctuary Trust, Central District, Botswana. **Tourism Management**, v. 31, n. 1, p. 136–146, Feb. 2010. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.tourman.2009.01.005>.

SILVA, G. T.; CHAVES, P. C. P. R.; SIMONETTI, S. R. Turismo comunitário: diagnóstico das atividades turísticas na comunidade Bela Vista do Jaraqui (Manaus-AM) (Edição 514). **Papers do NAEA**, v. 1, n. 3, 2020.

TASCI, A. D. A.; CROES, R.; VILLANUEVA, J. B. Rise and fall of community-based tourism – facilitators, inhibitors and outcomes. **Worldwide Hospitality and Tourism Themes**, v. 6, n. 3, p. 261–276, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1108/WHATT-03-2014-0012>.

TOLKACH, D.; KING, B. Strengthening community-based tourism in a new resource-based island nation: Why and how? **Tourism Management**, v. 48, p. 386–398, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.tourman.2014.12.013>.

ZAPATA, M. J. *et al.* Can community-based tourism contribute to development and poverty alleviation? Lessons from Nicaragua. **Current Issues in Tourism**, v. 14, n. 8, p. 725–749, 2011. DOI: <https://doi.org/10.1080/13683500.2011.559200>.

ZIELINSKI, S.; JEONG, Y.; MILANÉS, C. B. Factors that influence community-based tourism (CBT) in developing and developed countries. **Tourism Geographies**, v. 23, n. 5-6, p. 1040-1072, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1080/14616688.2020.1786156>.

ⁱNo artigo de Butler (1980) utiliza-se o termo “Tourism Area Cycle of Evolution”. Contudo, Butler (2006) propôs algumas modificações, entre elas a alteração do termo para “*Tourism Area Life Cycle* (TALC) refletindo melhor a ideia de que os destinos turísticos passam por uma série de etapas, em vez de um processo linear de evolução.